

Ilm^{os} Senhores....

Mais uma vez chego à Presidência deste Tribunal, recebido que sou pelo mês de dezembro, mês sagrado que marca o Nascimento de Jesus e, ao mesmo tempo, mês de reflexões e balanço, mês que serve de ocaso para o Ano Velho e de aurora para o Novo Ano, mês de luz, de renovação da fé. Fé de que todos precisamos.

Em Lucas, capítulo 1, versículo 37, está escrito que a “fé não torna as coisas fáceis, ela as torna possíveis”. Valho-me dessa citação bíblica para lhes dizer que, ao longo de minha existência, nada foi fácil, mas a minha fé tornou as minhas conquistas possíveis, razão pela qual, antemão, só tenho que agradecer a Deus e a Nossa Senhora pela minha vida, pela minha família; agradeço ao Pai e Mãe celestiais por me acompanharem durante toda a minha jornada neste tribunal, desde o final do ano de 1990, nas Juntas de Conciliação e Julgamento, até os dias atuais, livrando-me permanentemente de conflitos, de perseguições, de discussões, conduzindo-me ao elevado propósito de julgar os processos a mim confiados.

Peter Drucker, considerado o Pai da Administração Moderna, disse certa vez que “O recurso mais produtivo que o administrador tem é o homem - e a tarefa do administrador é tornar este recurso produtivo”. E eis que o maior patrimônio deste Tribunal são as pessoas, os magistrados e servidores, com suas cargas de competência e de abnegação pelo trabalho, promovendo a justiça por meio do seu efetivo exercício neste TRT. Assim, fica patenteado que esta administração defenderá os interesses de magistrados e servidores, e o fará, fundamentalmente, para que eles cumpram seus papéis de atender aos objetivos desta Casa, que é resolver, com justiça e celeridade, os conflitos que aqui são trazidos em busca de soluções.

Para isso, faz-se indispensável a presença de magistrados e servidores em seus ambientes de trabalho, sempre atentos e próximos daqueles que buscam esta Justiça Especializada. Os litigantes e seus advogados precisam saber que aqui reina uma justiça que trabalha de portas abertas, sempre pronta a recebê-los, ouvi-los, para dirimir suas dúvidas; dar informações

sobre seu processo e, mais que isso, uma justiça cujo juiz pode recebê-los em seu gabinete para os fins que se fizerem necessários. Nesse sentido, esta administração estará cumprindo o seu papel de atender ao seu principal destinatário que é o jurisdicionado.

Fica, pois, claro que esta gestão dará prioridade ao disposto no Art. 37 da Constituição Federal, que trata dos princípios que regem a Administração Pública. Estarão sempre presentes a Legalidade, a Impessoalidade, a Moralidade, a Publicidade e a Eficiência. Mas, acima de tudo, este Tribunal cumprirá o que a lei expressamente autoriza e agirá de forma neutra, visando o interesse público, sem favoritismo.

O Rei da Macedônia, Alexandre, o Grande, dizia uma frase que muito me inspira: “Da conduta de cada um depende o destino de todos”. Assim, para que as palavras não fiquem apenas no discurso, é deveras importante a colaboração de todos os servidores, das três categorias, para que, nas suas correlativas funções, dediquem-se a fazer deste tribunal um tribunal de excelência, seja na convivência harmoniosa entre si, seja na hora de servir a quem os procura.

No mais, a minha palavra de ordem será sempre gratidão. O filósofo romano Cícero dizia que “a gratidão não é apenas a maior das virtudes, mas a mãe de todas as outras”. Esta minha posse na Presidência do TRT não é um ato solitário; tomam posse comigo todos os que aspiram a um Tribunal mais harmonioso e mais comprometido com a sociedade. Antecipo, então, a minha gratidão a todos que hoje tomam posse neste compromisso de cumprir fielmente os seus papéis durante esta minha gestão que se inicia.

Com um pé no presente sem esquecer o que me fora dado no passado, também deixo aqui a minha gratidão a todos os servidores concursados, cedidos e terceirizados que, de uma forma ou de outra, contribuíram e contribuem para o desempenho das minhas tarefas enquanto magistrado. Incluo, aqui, em especial, a nossa querida servidora Wanda Cunha, que esteve comigo desde quando presidi a Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de São Luís até o dia de sua aposentadoria, redatora oficial dos meus discursos, desde o primeiro até o deste dia.

Gratidão também aos magistrados aposentados e aos da ativa que, com suas experiências, me alertaram que nunca devemos esquecer que somos

um Colegiado, com possíveis entendimentos divergentes quando da apreciação da prova e aplicação do direito.

Um agradecimento especial à minha família, com destaque para esposa, filhos, netos, irmãos e cunhados, que sempre estiveram ao meu lado, compreendendo e tolerando minha ausência por causa das tarefas que a função ou o cargo acarreta.

Comecei esta fala agradecendo e a encerro do mesmo modo, porque a gratidão é, como pensavam os estoicos, “o reconhecimento do bem”, o ato generoso de reconhecer tudo que recebemos, mormente de Deus.

Que o Natal seja o eterno nascimento de Jesus em cada coração e em cada lar; e que o 2026 seja um ano de mudanças e desenvolvimento para este Tribunal e de muito discernimento e júbilos para todos nós. São os meus votos.